

BRASÍLIA-DF – 05/03/2018

Agenda da mulher na pauta da Câmara dos Deputados desta semana



No dia/mês internacional da mulher (8 de Março), o plenário da Câmara dos Deputados vai votar temas de interesse das mulheres. Entre os projetos, poderá ser apreciado o que aumenta a pena para o crime de estupro coletivo (PL 5.452/16, do Senado).

Pautado para quarta-feira (7), o projeto conta com substitutivo da relatora, deputada Laura Carneiro (MDB-RJ), passando o agravante para esse caso de um 1/4 da pena para 2/3. Igual aumento é estipulado para estupro “corretivo”, caracterizado como aquele feito para controlar o comportamento social ou sexual da vítima.

Poder familiar

Há outros 4 projetos de lei também na agenda, mas estão pendentes de apresentação de requerimento de urgência para acelerar análise em plenário.

Dentre os projetos está o PL 7.874/17, também de Laura Carneiro, que prevê a perda do poder familiar (do pai ou da mãe) por parte daquele que praticar contra cônjuge, filho ou outro descendente os crimes de assassinato, lesão corporal grave, estupro ou outro crime contra a dignidade sexual sujeito à pena de reclusão.

Outro projeto que pode ser votado, de autoria do deputado Jean Wyllys (PSol-RJ), garante o regime de exercícios domiciliares à estudante gestante em período de afastamento a ser determinado por atestado médico dentro do intervalo do oitavo mês de gestação até os seis meses após o nascimento da criança (PL 2.350/15). Essa modalidade de estudo é disciplinada pelo Decreto-Lei 1.044/69.

Na quinta-feira (8), a sessão do plenário marcada para as 9 horas vai se estender até as 15 horas caso seja necessário concluir a votação das propostas da pauta feminina.

Senado Federal

As senadoras Lídice da Mata (PSB-BA) e Rose de Freitas (MDB-ES) entregaram, na última quinta-feira (1º), ao presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), a lista com os projetos considerados prioritários pela bancada feminina do Senado. A pauta ganha força com as comemorações pelo Dia Internacional da Mulher.

A relação de propostas foi examinada e aprovada na última quinta, pela manhã, em reunião de trabalho da bancada feminina no gabinete da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora especial da Mulher.

Prioridades da bancada feminina

Da agenda apresentada, foram priorizados o PLS 228/17, que altera a CLT para garantir proteção a gestantes e lactantes em relação a prestação de trabalho em local insalubre; o PLC 18/17, relatado pela senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), que inclui a comunicação no rol de direitos assegurados à mulher pela Lei Maria da Penha; e o PLS 612/11, da senadora Marta Suplicy (MDB-SP), que altera o Código Civil para reconhecer como entidade familiar a união estável entre duas pessoas.

Mais direitos

Outros projetos relacionados a direitos das mulheres foram abordados na reunião da bancada. Rose de Freitas defendeu a aprovação de dois projetos seus: o PLS 241/17, que altera a CLT para, em caso de parto prematuro, o período de internação não se descontado da licença maternidade; e o PLS 244/17, que estabelece reserva de vagas para mulheres em situação de violência ou vulnerabilidade social no quadro de empregados das empresas prestadoras de serviços a terceiros, de modo semelhante ao que já ocorre no Senado.

A senadora Simone Tebet (MDB-MS) disse que são boas as perspectivas para a aprovação do PLS 64/18, apresentado por ela na última quarta-feira (28). A matéria modifica a progressão de regime de pena, transformando uma decisão do Supremo Tribunal Federal — relativa às mães e gestantes em prisão provisória — em norma legal, estendida a gestantes ou mães já condenadas, flexibilizando a regressão de pena a 1/8. A matéria está na CCJ, para análise terminativa do relator, senador Antônio Anastasia (PSDB-MG).

Sessão temática

Requerimento da senadora Rose de Freitas, com apoio unânime, foi encaminhado à Mesa do Senado com o pedido de instalação de sessão temática na próxima terça-feira (13) para discutir a inclusão na base curricular nacional da disciplina direitos humanos e cidadania, respeito mútuo entre meninos e meninas e adolescentes e jovens.

A proposta é convidar para a sessão o ministro da Educação, Mendonça Filho, e representantes do Conselho Nacional de Educação, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e da União Nacional dos Estudantes (UNE) da debater o assunto.

CONGRESSO NACIONAL

MP 808/17: Reforma Trabalhista

Na terça-feira (6), às 14h30, o Congresso Nacional instala comissão mista que vai analisar a medida provisória que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Na ocasião da instalação vai ser eleito o presidente do trabalhos, que por sua vez vai escolher o relator da matéria. Vai ser no plenário 2 da ala Nilo Coelho, no Senado.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

“Fake news”

Colegiado reúne-se, nesta segunda-feira (5), às 14 horas, para apresentação do anteprojeto de lei sobre o combate às fake news; e do relatório sobre o PL 5.130/16, que proíbe a suspensão de

aplicativos da internet por decisões judiciais; entre outros itens. Vai ser no plenário 3 da ala Alexandre Costa, no Senado.

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A APURAR A CHACINA DE TRABALHADORES RURAIS NO PARÁ Chacina de trabalhadores no PA

Colegiado discute e pode votar, na terça-feira (6), às 15 horas, o relatório da deputada Elcione Barbalho (MDB-PA). Vai ser no plenário 15.

FRENTE PARLAMENTAR MISTA JOSÉ DE ALENCAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO

Setor têxtil e de confecção

Frente parlamentar realiza, na quarta-feira (7), às 8 horas, café da manhã para discutir temas de interesse do setor e ações previstas no Legislativo federal para o ano de 2018. Vai ser no Restaurante do 10º andar, do anexo 4 da Câmara dos Deputados

(Diap)

Estudo mostra que estatais são lucrativas para o governo



Documento revela que argumentos do governo Temer para promover a desestatização são falsos

As empresas estatais federais dão lucro para a União. Essa é a conclusão do estudo produzido pelo Dieese, publicado em janeiro deste ano. De acordo com Gustavo Teixeira, técnico da instituição, os argumentos do governo Temer para a desestatização são falsos e as empresas deveriam tomar decisões orientadas pelo interesse coletivo, não do capital.

"É interessante debater se de fato o objetivo da estatal é gerar lucro. Mas fora desse debate, observamos que as estatais federais, nos últimos 15 anos, distribuíram mais de R\$ 250 bilhões de dividendos para a União. Quando olhamos para outros países, vemos um processo forte de reestatização de serviços de utilidade pública. Esse processo que está forte em países da Europa tem como justificativa a falta de eficiência do setor privado em atender a população", afirma em entrevista à **Rádio Brasil Atual**.

Ele também rebate o argumento do presidente da Petrobras, Pedro Parente, de que a empresa precisa ser privatizada. Para o técnico do Dieese, a petrolífera nacional tem papel estratégico no desenvolvimento do Brasil.

"Os dados em nível internacional mostram que grande parte das reservas de petróleo estão sob o controle de empresas estatais. A Petrobras, com a nova política do governo Temer, abre mão de explorar reservas importantes do pré-sal e isso tem impacto na

dependência dos combustíveis no nosso país. Estamos transferindo os direitos de exploração dessas reservas para estatais de outros países, assim abrimos mão da soberania e controle do produto fundamental na economia mundial", critica.

Segundo Gustavo, os dados do estudo mostram que, em 2012, o investimento das estatais chegou a representar 10% da taxa de investimento da formação bruta do capital fixo na economia do país. "Na medida que perdemos o controle dessas empresas, abrimos mão do planejamento de um projeto de desenvolvimento futuro", lamenta.

Outro exemplo negativo de desestatização citado por ele é a Eletrobras. "Ela é o principal gerador de energia elétrica no Brasil, tendo as principais usinas hidrelétricas. A intenção do governo em abrir o capital dela, aumentando a participação dos grupos privados e estrangeiros, tende a criar uma espécie de oligopólio no setor de energia brasileiro", explica.

Além de abrir mão da soberania nacional, as privatizações também não garantem melhora no serviço e redução de tarifas. "Um setor que foi amplamente privatizado na década de 1990 foi a distribuição de energia elétrica. O principal argumento do governo Fernando Henrique era de que as tarifas iriam se reduzir e a qualidade aumentar, mas 20 anos depois vemos os preços crescerem acima da inflação e a qualidade do serviço ainda é aquém da desejada. Não há garantia de que o processo de privatização vá reduzir preços, quanto melhorar o atendimento", conclui.

(Rede Brasil Atual)

Campanha Salarial 2018: CSPB participa de reunião no Planejamento



por Valmir Ribeiro
edição de Grace Maciel

A Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - CSPB, participou, nesta sexta-feira (2), de reunião no Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG, para debater a Campanha Salarial dos Servidores Federais em 2018. Na ocasião, representantes da entidade defenderam reajustes salariais para as categorias frente a defasagem resultante da inflação acumulada ao longo dos anos, bem como do índice de correção salarial - de muitas categorias - que permanece pendente.

Planos de saúde; restabelecimento da estabilidade efetiva dos trabalhadores do setor público; veto presidencial ao Projeto de Lei (PL 3831) que regulamenta a negociação coletiva dos servidores; propagandas "criminosas" veiculadas pelo governo colocando as categorias públicas como detentoras de privilégios incompatíveis

INFORMATIVO



DIÁRIO



UNICIDADE - DESENVOLVIMENTO - JUSTIÇA SOCIAL

www.ncst.org.br - imprensa@ncst.org.br

com a administração; e descumprimento de acordos coletivos, foram algumas das principais reivindicações apresentadas na reunião.

As lideranças sindicais defenderam, também, o restabelecimento de um novo patamar de relacionamento e diálogo entre o Executivo e as categorias do setor público, “exaustivamente” desgastada durante a disputa em torno da proposta de “reforma” da Previdência (PEC 287) no Congresso Nacional.

A perspectiva de desmonte dos serviços ofertados pelo Estado, resultante da aprovação da Emenda 95, foi outra preocupação apresentada pelos sindicalistas. “Segmentos da saúde, educação e serviços sociais tendo investimentos congelados por 20 anos, nos preocupa enquanto cidadãos que, eventualmente, irão ter que recorrer à estes serviços sem a viabilidade, em consequência do desmonte, de um bom atendimento”, argumentou o diretor de Assuntos Legislativos da CSPB, João Paulo Ribeiro “JP”.

JP denunciou, ainda, a falta de compromisso da cúpula política do Executivo nos acordos firmados com os servidores. “Romero Jucá firmou compromisso de, após a aprovação da proposta de negociação coletiva, assegurar o encaminhamento do direito de greve às categorias do setor público. Nada disso está mais na agenda. Com essa negligência, nosso país segue desrespeitando os pilares da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho - OIT. Lamentável observarmos o descumprimento recorrente das promessas e acordos firmados com integrantes deste governo”, disse.

Na avaliação do diretor adjunto de Organização Política e Sindical da CSPB, Thiago Botelho, a reunião não apresentou nada além das perspectivas resultantes da política de “austeridade”, em sua avaliação, equivocadamente conduzida pelo governo. “O aspecto positivo é a sinalização da abertura de uma mesa de negociação com o Planejamento. Precisamos avançar nas discussões de modo a equalizar as remunerações com as demais carreiras que já conquistara reajuste.”, reforçou.

Para a vice-presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores - Sinditamaraty, Camilla Santos, é relevante perceber a reabertura de diálogo do Planejamento com as categorias, a ressaltou: “É preocupante quando percebemos que não estão sendo levadas em conta as demandas dos servidores quando se fala em distinção de carreiras, quando se fala em terceirização de atividades típicas do setor público. Em relação ao Sinditamaraty, nós esperamos viabilizar a retomada das discussões sobre a reestruturação das carreiras que sofrem com problemas de fluxo de promoção, bem como a precarização remuneratória que, infelizmente, ainda atinge grande parte dos servidores”, reforçou a sindicalista.

“Na minha opinião essas reuniões estão se tornando mais do mesmo. Qualquer proposta apresentada é sempre adiada sob o batido pretexto de que está em estudo. Você participa de reuniões, marca outra reunião, só para eles me informarem que continua em estudo. Estamos aqui na tentativa de vencer pelo cansaço. Uma coisa que poderia ser resolvida com uma discussão rápida, leva-se um ano, dois sem o equacionamento do problema. Espero que esta não seja uma reunião para marcar outra reunião. Desejo que instalem logo os Grupos de Trabalho que estão nos acordos para que

consigamos, efetivamente, negociar alguma coisa. A pauta do Sindifazenda, como exemplo, não é complicada. Ela não traz nenhum impacto financeiro para a União e, ainda assim, continuamos aguardando”, desabafou o presidente do Sindicato Nacional dos Servidores Administrativos do Ministério da Fazenda e diretor da CSPB, Luiz Roberto.

O presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil no Distrito Federal - CGTB/DF, Flausino Antunes, reforçou a importância da reabertura de diálogo mas, assim como seus demais companheiros do movimento sindical, outros aspectos seguem pendentes. “Foi anulada a perspectiva e cumprir acordos passados, bem como a viabilidade orçamentária para novos acordos. Está em curso a diminuição do Estado por meio do desmonte das estruturas e carreiras do setor público. Com isso sangram a saúde, a segurança, a educação, os serviços sociais; enfim, o desenvolvimento nacional fica emperrado. Nosso maior desafio é derrotar essa política econômica criminoso conduzida pelo governo”, salientou.

Posicionamento do MPDG

O Secretário de Relações do Trabalho do MPDG, Augusto Akira Chiba, alegou que o espaço orçamentário está muito pequeno para reajustes salariais. “Se conseguirmos postergar os reajustes para o ano que vem, quem sabe encontraremos ambiente financeiro mais favorável. Pra se ter uma ideia da dimensão do nosso problema orçamentário, não iremos atender nem 20% das demandas de concurso público esse ano. Entre estes, diante das circunstâncias, serão priorizados os certames para área de segurança pública. Agora não permaneceremos inertes. Entre as solicitações, é possível, sim, reavaliar o percentual per-capita do repasse da União ao plano de saúde dos servidores”, pontou.

“Quanto ao veto do PL 3831, no nosso ponto de vista, encontramos pontos inviáveis. Existem aspectos incontestavelmente interessantes no projeto. Podemos iniciar discussões diante desses aspectos pautados em alterações viáveis. Agora revelo um reconhecimento diante dos senhores: atacar os trabalhadores do setor público, tenho que concordar, foi um ato equivocado que, possivelmente, deve ter sido encaminhado pelos marketeiros que colaboraram com a propaganda do governo. No Planejamento. não compactuamos com essa narrativa”, finalizou Chiba.

* Chefe de Imprensa - Grace Maciel

* Diretor de Comunicação - Aldo Liberato

Com serviço fotográfico de Júlio Fernandes Secom/CSPB[.]

(Imprensa CSPB)